

Gaia +

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Gaia +

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gaia + ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Gaia + em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002) e às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº1 às demonstrações financeiras, a qual menciona que, em 31 de dezembro de 2016, a Entidade apresentava patrimônio social negativo de R\$21 mil e contas a pagar com partes relacionadas no montante de R\$17 mil. A administração espera, com o resultado da ampliação dos projetos de captação de doação e também pela própria doação de seu fundador, liquidar as suas obrigações até o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 e garantir a manutenção de suas atividades.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002) e às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

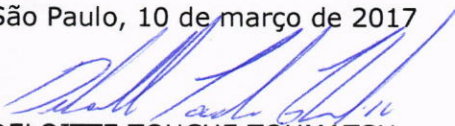
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2017


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

GAIA+

DEMONSTRAÇÕES DOS DÉFICIT

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
RECEITAS			
Serviços Prestados	11	4	-
Doações e Contribuições Associados Beneméritos	11	<u>571</u>	<u>446</u>
Total		575	446
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	12	(587)	(451)
PIS sobre folha de pagamento		(2)	(1)
DÉFICIT OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(14)</u>	<u>(6)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	13	3	5
Despesas financeiras	13	<u>(9)</u>	<u>(1)</u>
Total do resultado financeiro		(6)	4
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		<u>(20)</u>	<u>(2)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAIA+

DEMONSTRAÇÕES DO DÉFICIT ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(20)	(2)
Outros superávit / déficit abrangentes	-	-
DÉFICIT ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(20)</u>	<u>(2)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAIA+

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit do exercício	(20)	(2)
Ajuste - Despesa de Depreciação	1	-
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) redução em aplicações financeiras	34	(56)
Aumento em adiantamentos	(11)	-
Aumento (redução) em tributos a recolher	(16)	29
Aumento (redução) em contas a pagar	(7)	19
Aumento em obrigações trabalhistas	2	15
Aumento em partes relacionadas	17	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>-</u>	<u>5</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição imobilizado	-	(5)
Caixa líquido aplicado das atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>(5)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de patrimônio social	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>-</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	<u>-</u>	<u>-</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	<u>-</u>	<u>-</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAIA+

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Patrimônio social</u>	<u>Déficit acumulado</u>	<u>Total</u>
Integralização Patrimônio Social		1	-	1
Déficit do exercício		-	(2)	(2)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	10	<u>1</u>	<u>(2)</u>	<u>(1)</u>
Déficit do exercício		-	(20)	(20)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	10	<u>1</u>	<u>(22)</u>	<u>(21)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Gaia+ (“Entidade”) é uma organização não governamental (Ong) e sem fins lucrativos, com sede na Rua Tiradentes, nº 495, – Centro – Piracicaba – SP, constituída em 24 de outubro de 2014 e obteve seu registro no 1º Oficial de Registro Civil de Pessoa Jurídica/SP registrado sob o nº 414309 em 20 de outubro de 2014.

A Gaia+ tem por finalidade a promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata a Lei 9.790/99, por meio da execução, por si própria e/ou em decorrência do ensino aplicado, das seguintes atividades: (i) educar contribuindo com a formação integral de alunos participantes das ações da Gaia+; (ii) desenvolver e aprimorar as capacidades de leitura e produção textual dos alunos participantes, bem como de seu raciocínio, criatividade e lógica para aplicação na resolução de problemas; (iii) defender, preservar e conservar o meio ambiente e promover desenvolvimento sustentável; (iv) promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos e a democracia; (v) realizar, organizar e promover práticas esportivas; (vi) promover o desenvolvimento corporal, mental e emocional com atividades de integração entre corpo e mente; (vii) realizar divulgação e letramento científico; (viii) promover o desenvolvimento artístico; (ix) e assessorar e prestar serviços de apoio, orientação e/ou assistência técnica no campo da educação, esportes, divulgação científica e desenvolvimento artístico. Em 2016 a Entidade atendeu cerca de 70 crianças na sede localizada em Piracicaba-sp com o Projeto “Educação Complementar” que oferece aulas complementares de português (hora do comunicar), matemática (hora do pensar) e de recreação (hora do brincar) no contra turno escolar.

Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade apresenta patrimônio social negativo de R\$21 mil e contas a pagar com partes relacionadas no montante de R\$17 mil. A administração espera liquidar suas obrigações até o exercício a findar em 2017 obtendo apoio de empresas parceiras para subsidiar os custos da entidade e ampliação do projeto viagem do bem que consiste basicamente em receber doações de hotéis nos períodos de vacância e em correspondência o desenvolver de atividades pela Gaia+ no local de residência do hotel, e na insuficiência de recursos arrecadados o fundador aportará recursos para garantir a manutenção das atividades da entidade.

2. Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com o Pronunciamento Técnico PME (PME) emitido pelo CPC e de acordo com a ITG 2002 (R1), emitida em 21 de agosto de 2015 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que dispõe sobre as entidades sem finalidade de lucros, e com a NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas.

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A autorização para emissão dessas demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Entidade em 03 de março de 2017.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, aplicadas de modo consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em real (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras da Entidade de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, que se baseiam na experiência histórica e expectativa de eventos futuros. A Entidade revisa suas estimativas e premissas periodicamente em período não superior a um ano.

c) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados no seu reconhecimento inicial. A sua classificação depende da finalidade para o qual eles foram adquiridos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado / superávit (déficit)

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado / superávit (déficit) caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado / superávit (déficit) se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado / superávit (déficit) como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado / superávit (déficit) são medidos pelo valor justo, e as mudanças no desses ativos são reconhecidas no resultado / superávit (déficit) dos períodos.

GAIA+

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Ativos financeiros disponíveis para a venda

Um ativo financeiro disponível para a venda é um ativo financeiro não derivativo que é designado como disponível para a venda ou não é classificado em nenhuma das categorias possíveis. A Entidade tem os seus investimentos em títulos patrimoniais e/ou títulos de dívida classificados como que serão mantidos em carteira por um tempo não determinado, mas que poderão ser liquidados por eventos relacionados a alterações no nível de liquidez do título, condições macroeconômicas que afetem as suas condições de remuneração e/ou outras situações que possam sinalizar a possibilidade e a oportunidade na liquidação do título. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são medidos pelo seu valor justo e as mudanças são reconhecidas em outros resultados / superávit (déficit) abrangentes e apresentadas no patrimônio social. Na ocasião da baixa desses ativos, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado / superávit (déficit) do exercício.

Títulos mantidos até o vencimento

Os ativos financeiros são classificados nessa categoria quando a Entidade tem a intenção e capacidade de mantê-los até a data de seu vencimento. Esses títulos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis- Contas a Receber

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

d) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment")Ativos Financeiros

A Administração da Entidade revisa anualmente, ou quando há indícios de perda, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar e avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade não identificou a necessidade de realizar ajustes por recuperação de ativos.

Ativos Não Financeiros

O valor contábil dos ativos não financeiros da Entidade, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

e) Outros ativos e passivos circulantes

Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do seu ajuste para o valor justo ou de realização.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

f) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação a vida útil estimadas do imobilizado.

A vida útil estimada para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Equipamentos de Informática	20 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício ou quando há evidências de que o ativo imobilizado apresenta mudanças que possam indicar deterioração ou perda, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos.

h) Imposto de renda e contribuição social

A entidade, por ser sem fins lucrativos, não está sujeita à incidência de imposto de renda, nem da contribuição social sobre resultados apurados em cada exercício. Todavia, contribui com o imposto de renda incidente sobre os ganhos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável, mediante retenção por parte das instituições financeiras, nas quais as aplicações financeiras são realizadas.

GAIA+

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

i) Apuração do resultado / superávit (déficit)

As receitas com doações, demais receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência. Após aprovação em Assembleia, o superávit ou déficit do exercício é transferido para o Patrimônio Social da Entidade.

O superávit apurado está isento da contribuição social e do imposto de renda da pessoa jurídica, uma vez que o Instituto se caracteriza como uma associação civil sem finalidade de lucros.

4. Aplicações Financeiras avaliadas ao valor justo - títulos para negociação

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Certificado de Depósito Bancário	23	57
Total	<u>23</u>	<u>57</u>

Os títulos para negociação da Entidade são compostos por certificados de depósitos bancários (pós-fixados) cujo valor de custo atualizado desses títulos é o seu valor justo.

A taxa de juros média contratada dos certificados de depósitos bancários é de 96% da taxa dos depósitos interfinanceiros – DI, com vencimentos para dezembro de 2019.

4.1 Hierarquia de níveis – Ativos e Passivos financeiros reconhecidos a valor justo

A mensuração da estimativa do valor justo por nível baseia-se na seguinte hierarquia:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.

Nível 2: Classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto.

Nível 3: Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela a seguir apresenta hierarquia do valor justo dos “Títulos para negociação” e dos “Títulos disponíveis para venda” mantidos pela Entidade:

		<u>Tipo de Instrumento</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
			Nível 2	Nível 2
Certificados de Depósitos Bancários	Valor Justo		23	57

4.2 Movimentação das Aplicações Financeiras

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo Inicial	57	-
Aplicação/Resgate	(37)	52
Receita Financeira	3	5
Saldo final	23	57

5. Adiantamentos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Adiantamento a funcionários	11	-
Saldo final	11	-

6. Ativo Imobilizado

Descrição	Taxas anuais depreciação %	31.12.2016			31.12.2015		
		Cust o	Depreciaçã o acumulada	Líquid o	Cust o	Depreciaçã o acumulada	Líquid o
Móveis e Utensílios	10	4	(1)	3	4	-	4
Equipamentos de Informática	20	1	-	1	1	-	1
		5	(1)	4	5	-	5

7. Tributos a Recolher - Passivo Circulante

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
INSS a Recolher	10	11
FGTS a Recolher	2	1
IRRF a Recolher	1	0
ITCMD a Recolher	-	17
	13	29

GAIA+

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

8. Contas a Pagar - Passivo Circulante

Está representado da seguinte forma:

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores Nacionais (*)	1	8
	1	8

(*) Refere-se basicamente a despesas com alimentação.

9. Obrigações Trabalhistas - Passivo Circulante

Está representado da seguinte forma:

	31/12/2016	31/12/2015
Salários a pagar	15	11
Provisões de Férias e Encargos	13	15
	28	26

10. Patrimônio Social / Passivo a descoberto

Em 24 de outubro de 2014 foi efetivada a integralização do capital no valor de R\$1. Em 31 de dezembro de 2016 o patrimônio social é formado pelo fundo institucional no montante de R\$ 1 e déficit acumulado de R\$ 22 (R\$2 em 31 de dezembro de 2015).

11. Receitas

É representada basicamente por doações realizadas por seu mantenedor, por empresas associadas beneméritas e por pessoas físicas e/ou jurídicas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Entidade recebeu R\$ 500 mil de associados beneméritos (R\$ 433 em 2015), R\$ 71 (R\$13 em 2015) mil em doações de terceiros e R\$ 4 mil em serviços prestados.

Associados Beneméritos	31/12/2016	31/12/2015
Gaiasec Assessoria Financeira Ltda	100	283
Gaiaserv Assessoria Financeira Ltda	50	-
Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda	200	-
Nova Atlantis Participações Ltda	50	150
Gaia Agro Securitizadora S.A	50	-
Gaia Securitizadora S.A	50	-
Total Associados	500	433
Doações recebidas	31/12/2016	31/12/2015
Aliança da Terra	56	-
Doações pessoa física (a)	15	13
Total Doações	71	13
Prestação de Serviços	31/12/2016	31/12/2015
Diagramação de Livro (b)	4	-
	4	-
Receita Total (c)	575	446

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

- (a) Refere-se substancialmente a doações realizadas por pessoas físicas.
- (b) Refere-se substancialmente prestação de serviços de diagramação de livros realizada em 2016, onde a receita foi destinada para a manutenção das atividades da Gaia+.
- (c) As receitas com doações e associados beneméritos são destinados a manutenção das atividades da entidade e subsidiam os custos com pessoal, ocupação, alimentação, materiais didáticos e outros custos que venham a ocorrer (nota 12).

12. Despesas gerais e administrativas.

A composição das despesas gerais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 encontra-se demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Despesas com Pessoal	(385)	(218)
Despesas com Ocupação (a)	(44)	(74)
Despesas com Viagens	(22)	-
Despesas com Serviços (b)	(35)	(27)
Despesas Gerais (c)	(94)	(114)
Despesas Tributárias	(6)	-
	<u>(587)</u>	<u>(451)</u>

- a) Referem-se basicamente a despesas com aluguéis, energia elétrica e manutenções realizadas no estabelecimento da entidade.
- b) Referem-se a despesas com elaboração de materiais educacionais relacionadas às atividades desenvolvidas pela Entidade.
- c) Referem-se a despesas com refeições, cursos e palestras ocorridas no exercício.

13. Resultado financeiro

A composição das despesas financeiras e receitas financeiras, auferidas exclusivamente pelas aplicações em certificados de depósitos bancários, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 encontra-se demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita de aplicações financeiras – CDB	3	5
Despesas financeiras (a)	(9)	(1)
	<u>(6)</u>	<u>4</u>

- a) Referem-se basicamente a despesas com juros R\$ 8 (R\$ 0 em 2015) e tarifas bancárias R\$1 (R\$ 1 em 2015).

GAIA+

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

14. Renúncia Fiscal

Em atendimento à NBC ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12, a Entidade divulga os valores relacionados à renúncia fiscal apurada no exercício de 2016 caso a obrigação devida fosse. Para isso, os seguintes impostos e contribuições e as respectivas alíquotas foram calculados, ressaltando-se que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em virtude de a Associação não possuir escrituração fiscal, como, por exemplo, escrituração do Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR, em razão de sua natureza de entidade sem fins lucrativos:

- Incidentes sobre a receita (Imposto Sobre Serviços - ISS - 5%, PIS - 0,65% e COFINS - 3% - regime cumulativo).
- Incidentes sobre o superávit do exercício (Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - 34%). Não aplicável aos exercícios de 2016 e 2015 devido à geração de déficit.

Com base nos percentuais mencionados e a receita registrada pela Entidade, a renúncia fiscal no exercício de 2016 foi de:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
ISS	29	22
PIS	4	3
COFINS	17	13
IRPJ e CSLL	-	-
Total	<u>50</u>	<u>38</u>

15. Partes Relacionadas

a) Transação com Partes Relacionadas

A Entidade é mantida pelo Grupo Gaia que realiza doações mensais para que a Entidade tenha condições de arcar com todos os custos e despesas relacionadas à atividade social desenvolvida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a entidade recebeu como associação benemérita e doação R\$ 500 mil (R\$ 433 em 2015).

As empresas que realizaram contribuições beneméritas e doações foram:

Empresas	31/12/2016	31/12/2015
Gaiasec Assessoria Financeira Ltda	100	283
Gaiaserv Assessoria Financeira Ltda	50	-
Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda	200	-
Nova Atlantis Participações Ltda	50	150
Gaia Agro Securitizadora S.A	50	-
Gaia Securitizadora S.A	50	-
	<u>500</u>	<u>433</u>

	31/12/2016		31/12/2015	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Contas a Pagar (a)	(17)	-	-	-
Total líquido	(17)	-	-	-

a) *Referem-se basicamente a pagamentos de obrigações com folha de pagamento realizada pelas partes relacionadas.*

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A Entidade é uma entidade sem fins lucrativos e remunera apenas o diretor que trabalha para a Entidade, o corpo diretivo composto por:

Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, ou seja, não há previsão estatutária no tocante a remuneração da Administração.

16. Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros é mensurado por meio do resultado / superávit (déficit), investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda, é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

As aplicações financeiras da Entidade são realizadas através das aquisições de Certificados de Depósitos Bancários (CDB).

Instrumentos financeiros derivativos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2016 a Entidade não executou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Política de gestão de riscos

A Entidade possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

GAIA+**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Risco de crédito

Considerado como a possibilidade de a Entidade incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Entidade. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco. Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade possuía R\$ 23 (R\$57 em 31 de dezembro de 2015) aplicados em certificado de depósitos bancários de instituições financeiras brasileiras.

Risco de mercado acionário

Considerado como a possibilidade de a Entidade incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Entidade. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco. Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade não possuía participações em empresas listadas em bolsa de valores.

Risco de liquidez

É o risco que a Entidade ira encontrar ao cumprir as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro.

O caixa da Entidade é investido em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), com liquidez diária, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Entidade.

A Entidade administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar a manutenção de suas atividades e minimizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros não derivativos são negociados considerando a expectativa da Entidade em gerar caixa, caso os negócios não sejam efetivados, os associados se dispõem a aumentar o capital de forma a garantir sua liquidez.

Risco de taxa de juros

O caixa da Entidade pode ser investido em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Entidade.

A Entidade estuda as modalidades de investimentos oferecidas por grandes bancos e qual o tipo de remuneração, como o caixa é utilizado constantemente nas atividades operacionais, a diretoria decidiu aplicar em certificados de depósitos bancários CDB's que remuneram um percentual da taxa de depósitos interbancários – CDI 96% conforme descrito na nota explicativa nº 4.